

The logo consists of a white rectangular box containing two overlapping horizontal bars. The top bar is black and contains the word 'RESENHA' in white, bold, uppercase letters. The bottom bar is white and contains the word 'REVIEW' in black, bold, uppercase letters. The bars overlap in the middle, creating a dark grey area where the words meet.

Miguel Sanches Neto. *A segunda pátria*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 314 p.

Um judeu, branco entre os brancos, pode negar que seja judeu,
declarar-se homem entre homens.
O negro não pode negar que seja negro ou reclamar para si
esta abstrata humanidade incolor: ele é preto.

Jean-Paul Sartre

Haverá limites para a construção ficcional, mesmo quando desafia a verossimilhança realista e reescreve o passado na contramão do que de fato ocorreu? E não se fala aqui de um passado individual, resguardado no aconchego dos círculos íntimos, mas da história de todo um país, conhecida e ensinada, instalada no senso comum. Ao se apropriar de acontecimentos inscritos na memória nacional como trampolim para um mergulho no que o autor chama de “pesadelo”, *A Segunda Pátria* – novo romance de Miguel Sanchez Neto – coloca-se antes de tudo como desafio e abalo perante os próprios fundamentos da ficção, em especial a de base historiográfica.

A ação se passa no sul do Brasil, entre os anos de 1938 e 1941, mais especificamente em Blumenau, com sua numerosa colônia alemã, estendendo-se ainda a Porto Alegre e a espaços rurais sulinos intencionalmente não identificados. É um tempo de trevas, marcado, no plano internacional, pela crescente agressividade da Alemanha nazista, que leva à invasão da Polônia, em 1939, e à deflagração da Segunda Guerra Mundial. No plano interno, vivem-se os anos de chumbo da ditadura do Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas, a oscilar entre o apoio ao Eixo nazifascista e os Aliados, liderados pelos Estados Unidos. Mas, se no discurso da história, o III Reich restringiu-se à Alemanha e aos territórios por ela invadidos, na ficção de Sanches Neto a guerra chega ao Brasil.

A Segunda Pátria narra os infortúnios de Adolpho Ventura, nascido Trajano e filho de um jardineiro que logra conseguir amparo na casa do imigrante alemão onde trabalha. O

patrão “adota” a criança e o matricula na *Neue Deutsche Schule*, destinada aos filhos dos colonos. Em agradecimento, os pais o rebatizam Adolpho – nome do filho do patrão morto na Primeira Guerra. Na escola, o menino negro conhece Hertha e logo se apaixona. Destaca-se ainda pela inteligência, aprende a segunda língua e ganha amigos e presentes ao fazer os deveres de casa dos colegas, sobretudo desenho e escrita. Mais tarde, se especializa na atividade e passa a “vender tarefas escolares” (p. 40), levando os cadernos dos amigos para casa. Cresce considerando-se “mais germânico que os colonos” (p. 28), sendo mais tarde levado por um colega de posses ao curso de engenharia no Rio de Janeiro, onde se forma, com muito esforço e trabalho.

Enquanto isto, Hertha, órfã de pai e mãe e praticamente livre perante os frágeis controles do tio Karl, torna-se adolescente de muitos amigos e namorados. Integra-se sem muita convicção à juventude teuto-brasileira e viaja à Alemanha para conhecer de perto o III Reich e ver o tabu da virgindade ser substituído na prática pela doutrinação em torno da grandiosa missão feminina de povoar o mundo com seres de raça “pura” e “superior”. De volta a Blumenau, torna-se uma jovem promíscua, com preferência por homens mais velhos, inclusive prestando-se a um folhetinesco encontro secreto em Porto Alegre, para, em seguida, se aproximar novamente de Adolpho, até aquele momento trabalhando como engenheiro da prefeitura. O enredo encontra sua amarra central quando Hertha finalmente engravida, não dos teutos, mas do jovem afrodescendente. É então obrigada a refugiar-se no Rio de Janeiro para ter secretamente a criança, de pronto entregue a Adolpho e, logo em seguida, aos avós paternos. Um detalhe importante é que no livro nada acontece conforme a recensão aqui esboçada: tempos e lugares se cruzam, flashbacks se sobrepõem, a linearidade consecutiva do romance realista é deixada de lado.

A Segunda Pátria explora o principal alicerce ideológico do nazismo e a partir dele constrói a tensão que sustenta o enredo. Com efeito, o ódio racial surge já nas primeiras páginas do pesadelo distópico em que é mergulhado o leitor, pois tudo acontece aqui, no paraíso tropical “abençoado por Deus e bonito por natureza”, como diz a canção. No livro, Getúlio recebe Hitler em Porto Alegre para sacramentar a aliança e finalmente dar ao Brasil “uma presença na política internacional” (p. 137). Como resultado, permite a existência de um verdadeiro estado nazi-germano incrustado nas bordas sulinas do Estado Novo. Já nas primeiras páginas, toma-se conhecimento de ofício do “Partido Nazista do Brasil”

explicitando que “será considerado crime um ariano casar-se com alguém de origem judaica ou de cor”. Em seguida, o narrador explicita que a “aplicação das leis alemãs nas áreas em que essa etnia fosse maioria estava garantida pelo acordo entre o Terceiro Reich e o Estado Novo” (p. 28).

Em crônica publicada em 1943 no jornal *O Imparcial*, de Salvador, Jorge Amado já chamava a atenção para as “leis imbecis do imbecil congresso de Nuremberg, onde as teses racistas foram oficializadas” – com destaque para a proibição de uniões inter-raciais e para a própria dicotomia entre a “raça superior” e as “raças inferiores” –, destinadas a serem “escravas daquela”, e alertava para a ameaça que então nos atingia “diretamente” (AMADO, 2008, p. 64). O escritor refere-se ao encontro anual do Partido Nacional-Socialista realizado em Nuremberg desde 1923 que, em sua sétima edição, aprovou normas pelas quais só era considerado alemão quem tivesse os quatro avós alemães.

A Segunda Pátria dá vida aos prognósticos amadianos e faz as leis de Nuremberg serem impostas em boa parte do sul do país. No romance, o “Partido Nazista do Brasil” é forte o suficiente para dominar o poder local em todas as suas instâncias. E os negros são não apenas despojados de seus empregos e bens materiais, mas também segregados e confinados em áreas rurais a fim de receberem uma “verdadeira educação entre os seus e também para trabalhar” (p. 59). Já nas primeiras cenas do livro, Adolpho leva uma cusparada no rosto ao acompanhar da calçada um desfile de “soldados” hitleristas, tendo no colo o filho negro-alemão. Na sequência, é demitido, perde a moradia e a preciosa biblioteca germânica que tanto apreciava. Feito prisioneiro, é escravizado junto com outros afrodescendentes numa fazenda pertencente a alemães e utilizada como campo de concentração.

Enquanto isso, seus pais – Erendina e João Ventura – têm que empreender longa caminhada com o neto ao colo a fim de driblarem a vigilância até finalmente conseguirem ajuda de um amigo ferroviário e embarcarem para o Rio de Janeiro escondidos num vagão de carga. Já Hertha volta a Blumenau, depois da noite de sexo com o Führer no porão do palácio onde o visitante ilustre se hospedara secretamente em Porto Alegre. E volta para cair num abismo pessoal bastante próximo da loucura: marcada para sempre e vítima do medo, emagrece, perambula pelas ruas, julgando estar prestes a ser morta por um nazista. Quanto a Getúlio, este não se suicida, pois é morto pelo negro Gregório Fortunato, inconformado

com as perseguições a seus irmãos de cor. Insuflado por Oswaldo Aranha, o guarda-costas asfixia o ditador em pleno Palácio do Catete e, assim, tem início a guerra civil, que irá opor os germanófilos a seus adversários apoiados pelos Estados Unidos.

Como se vê, Miguel Sanches Neto não mede esforços para narrar o que *poderia ter acontecido*. E se vale dos procedimentos da metaficção historiográfica para produzir um texto distópico que contraria os próprios modelos do gênero. Em *A Segunda Pátria*, o autor usa e abusa de fatos e seres de nosso passado para construir uma fantasia que persegue o estranhamento em cada página. Mas, ao contrário de clássicos distópicos como *1984* ou *A Laranja Mecânica*, localiza sua ficção não no futuro, mas num tempo que já se foi para reescrevê-lo em ritmo de sonho ruim. Distante dos padrões consagrados no discurso do romance histórico, faz desfilar figuras da época, como os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, ambos simpatizantes da Alemanha, o segundo eleito mais tarde Presidente da República. E os entrelaça a Adolf Hitler, Filinto Müller e Cordeiro de Farias; ao cônsul Friedrich Ried e aos já citados Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, além de um certo Karl Henning von Cossel, “amigo de Getúlio e chefe do Partido Nazista do Brasil” (p. 138). Assim, o dado histórico é intencionalmente subvertido e passa a integrar o caldeirão ficcional que constitui o romance.

Descartada a correspondência mimética entre estória e história, a narrativa avança sobre o passado de tantos traumas para fazer suas feridas novamente sangrarem em nossa imaginação. E o que se pensava cicatrizado, morto e sepultado – a exemplo da intolerância, do ódio racial e da própria escravidão – retorna em formato de delírio, para destacar não apenas os lobos dos tempos das trevas, mas também uma humanidade que resiste e se recusa a embrutecer. Miguel Sanches Neto faz voltar até nós aquela página da história que todos julgamos superada. E o faz com a força do absurdo que faz lembrar e, por que não, acender também o sinal de alerta.

Eduardo de Assis Duarte

Universidade Federal de Minas Gerais/CNPq

Referência

AMADO, Jorge. *Hora da guerra: a Segunda Guerra Mundial vista da Bahia*. Crônicas. Seleção de Myriam Fraga e Ilana Seltzer Goldstein; prefácio de Boris Fausto. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.